

O equilibrista

CARLOS ALBERTO LONGO

JORNAL DA TARDE

29 MAR 1994



O DÉFICIT EM REGIME DE COMPETÊNCIA CONTINUA IGUAL AO DOS ANOS ANTERIORES, CERCA DE 5% DO PIB EM TERMOS OPERACIONAIS.

O projeto de lei orçamentária de 1994 foi retirado do Congresso às pressas em dezembro. Nesta oportunidade o Executivo encaminhou aos parlamentares o Fundo Social de Emergência (FSE), cuja aprovação ocorrida em fevereiro era supostamente indispensável para equilibrar as suas contas e lastrear o plano de estabilização. Há aqui muitos equívocos. Primeiro, o lastro do plano FHC não é o FSE e sim o próprio Orçamento, que ainda não foi reapresentado. Depois, o FSE não corta gastos, apenas desloca receitas: na prática é uma reserva de contingência ampliada. Logo, não serve para equilibrar as contas da União.

O déficit em regime de competência continua igual ao dos anos anteriores, cerca de 5% do PIB em termos operacionais. Pouco foi feito desde 1985 para reduzi-lo. As receitas da União não ultrapassam os 17% do PIB e as despesas (pessoal, custeio, investimento, previdência e transferências) alcançam 22% do PIB. Os eventuais equilíbrios de caixa se sustentam à base de indexação e inadimplência. A promessa de zerar o déficit — que consta das exposições de motivos da emenda constitucional que criou o FSE e da MP que introduziu a URV — apoia-se em cortes lineares e irrealistas na despesa pública da ordem de US\$ 20 bilhões.

Esses abatimentos na despesa não foram submetidos ao Congresso, por uma razão simples. Não passa pelo crivo dos parlamentares um corte dessa magnitude sem uma apreciação minuciosa e justificada das origens e aplicações dos recursos da União. A contenção de despesas para ser aprovada tem que ser negociada item a item, no

contexto de um plano de estabilização, com altíssima probabilidade de dar certo. E dar certo significa expectativa de inflação zero para a qual o rigoroso equilíbrio orçamentário é desnecessário.

O plano na verdade não precisa de déficit zero; a começar porque o Executivo não tem condições políticas de implantá-lo. O que falta é programação. A credibilidade nas contas públicas advém do remanejamento de gastos e receitas de modo a atingir dois objetivos; reduzir o déficit fiscal **permanentemente** e indicar as suas fontes de financiamento.

O plano FHC foi improvisado em âmbito restrito do ministério da Fazenda: não participaram da sua elaboração a Secretaria do Planejamento e a Secretaria da Receita Federal. Lançado sem o ingrediente essencial (reprogramação orçamentária),

contemplava na ocasião equilíbrio fiscal, URVs contemporâneas, adesão voluntária e, se tudo desse certo, uma reforma monetária. Se o Congresso rejeitasse o FSE, a equipe econômica se retiraria de cena e passaria à oposição. Não tendo surtido efeito essa ameaça, surgiu então a URV envergonhada (é o dólar), à qual salários e contratos estão sendo atrelados compulsoriamente. Em retrospectiva, o FHC era mais um plano de saída do que um plano de estabilização.

Sem o ajuste fiscal o plano FHC é anódino. Funciona até bem como placebo. Distrai a atenção do público enquanto a inflação segue o curso ascendente. Apesar disso, porém, há que se reconhecer o impecável sentido de "timing" político do ministro. Chega a ser maquiavélico, ao usar oportunidades e interlocutores a seu favor, sem se expor

demasiadamente. De concreto, o plano de estabilização resume-se por hora a uma nova reserva de contingência (FSE), à criação de um índice atrelado ao dólar e à reindexação gradual de salários e contratos.

Não pelo que fez (ao contrário), mas pelo que representa, Fernando Henrique Cardoso é assim mesmo: um candidato quase imbatível à Presidência da República. De espírito conciliador quase frívolo, administra conflitos como ninguém e mantém um difícil e longo equilíbrio entre ação e inação. Enquanto a oposição opina estridentemente — até sobre temas polêmicos como o aborto —, o ministro omite-se até o último instante sobre questões fundamentais. Se mais não faz é porque o Congresso, os especuladores ou a sociedade enfim não colaboram.

Com inflação em URV (aceleração alta de preços em cruzeiros reais) causada pelo atropelo das decisões e incertezas sobre o futuro do plano, há uma demanda legítima por antecipação da chamada fase 3. Contudo, antecipá-la implica necessariamente arbitrar conflitos, elevar taxas de juros e gastar reservas cambiais, sem garantir estabilidade de preços. Essas medidas são incompatíveis com o estilo cordial e descontrado de Fernando Henrique Cardoso e com o discurso singelo e cor-de-rosa do presidente. O mais provável, e desejável talvez, é protelar o **choque** para depois das eleições.

O AUTOR

Carlos Alberto Longo é professor titular do Departamento de Economia da USP

